

CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A.

CNPJ Nº 00.938.574-0001-05

NIRE Nº 3330016228-3

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2001**

DATA, HORA E LOCAL: 05 de novembro de 2001, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 116, km 133,5, Praça Engenheiro Pierre Berman, Cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

PRESENÇA: Presentes à Assembléia a totalidade dos acionistas detentores das ações com direito a voto de emissão da Companhia, bem como os acionistas detentores da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia.

CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

MESA DIRETORA: Presidente: Elísio Lincoln Nogueira - Secretário: Flávio Nóbrega Barbosa da Fonseca.

ORDEM DO DIA: Em atendimento às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários relativas aos processos de abertura do capital e 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) alterações no Estatuto Social da Companhia; (ii) alterações nos termos e condições da 1ª Emissão Pública de Debêntures, Subordinadas, Conversíveis em Ações Preferenciais classe A, com Participação nos Lucros, em Série Única, da Companhia; (iii) estabelecer as obrigações dos atuais acionistas da Companhia quanto ao resgate e conversão de ações da Companhia para fins da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia; (iv) estabelecer o jornal de grande circulação onde deverão ser realizadas todas as publicações da Companhia para fins do art. 289 da Lei 6.404/76; e (v) eleger um novo membro para o conselho de administração da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Todas as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos:

1. Aprovada a lavratura da presente Ata na forma de Sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76.

2. Para fins da abertura de capital e emissão pública de debêntures da Companhia, os acionistas da Companhia ratificam que, por força de deliberação tomada na assembléia geral extraordinária da Companhia datada de 27 de agosto de 2001, (i) todas as classes de ações ordinárias da Companhia foram convertidas em uma única classe de ações ordinárias; e (ii) todas as ações preferenciais da Companhia foram convertidas em ações preferenciais classe A, passando o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar, a partir daquela data, com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido em 138.600 (cento e trinta e oito mil e seiscentas) ações, sendo 46.200 (quarenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias e 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas ações) ações preferenciais classe A, podendo vir a ser emitidas ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.”

3. De forma a viabilizar a abertura do capital social da Companhia, e em atendimento às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários, foram aprovadas as seguintes alterações ao estatuto social da Companhia:

(a) Passa o Parágrafo Sexto do art. 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Sexto -As ações preferenciais de emissão da Companhia, que não tiverem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.”

(b) Passa o art. 7º do Estatuto Social da Companhia, e seu Parágrafo 1º, a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 7º - A Assembléia Geral da Companhia poderá, observado o limite máximo permitido em Lei, criar e/ou emitir, em decorrência de subscrição, bonificação ou desdobramento, novas classes de ações preferenciais, com ou sem direito de voto, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, fixando-lhes as respectivas preferências, vantagens, condições de resgate, amortização ou conversão.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral da Companhia poderá aumentar o número de ações preferenciais de qualquer classe, mesmo sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais ou com as ações ordinárias e, ainda, aumentar as ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais.”

(c) Fica eliminado o Parágrafo 2º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia.

(d) Passa o art. 8º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 8º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 150.000 (cento e cinquenta mil) ações, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que deliberará sobre as condições de integralização, a espécie e classe das ações a serem emitidas — que não poderão ser diferentes daquelas elencadas no *caput* do artigo 5º deste Estatuto Social — e o preço de emissão das ações, bem como estabelecerá se o aumento se dará por subscrição pública ou particular.”

(e) Passa o art. 12 do Estatuto Social da Companhia, e seu Parágrafo 1º, a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 12 – A Companhia, nos casos previstos em Lei, pagará aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembléia Geral da Companhia o valor de suas ações.

Parágrafo Primeiro - O valor a ser pago aos acionistas da Companhia, por força do disposto no *caput* deste artigo, será o do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço aprovado pela Assembléia Geral da Companhia.”

(f) Passa o art. 26 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 26 - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, observada a votação em separado a ser realizada pelos detentores de ações preferenciais classe A, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 5º deste Estatuto Social, com mandato de 1 (hum) ano, permitida a reeleição.”

(g) Passa o a alínea “r” do art. 31 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“r) aprovar a concessão de empréstimos e prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia a quaisquer terceiros, exceto quando for em favor de empregados da Companhia;”

(h) Passa o parágrafo 1º do art. 44 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, a Companhia levantará balanço trimestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesse balanço, desde que o total dos dividendos pagos não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182.”

(i) Fica eliminado o atual parágrafo 2º do art. 44 do Estatuto Social da Companhia, passando os parágrafos 3º e 4º a ser numerados como 2º e 3º, respectivamente.

(j) Passa o art. 45 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 45 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§ 1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do *caput* deste artigo, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

§ 2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social integralizado da Companhia;

b) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.

(e) Passam os arts. 46, 47 e 48 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 46 - A Companhia manterá uma Reserva Específica de Restituição de Capital aos acionistas, a qual não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo-lhe anualmente atribuída importância equivalente a 1% (hum por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da Concessão.

Artigo 47 - A Companhia manterá, ainda, uma Reserva para Investimentos, que não excederá de 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, sendo-lhe anualmente atribuída importância equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

Artigo 48 - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração, no pressuposto da aprovação pela Assembleia Geral da Companhia.”

(f) Passa o art. 49 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 49 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo juros se assim for determinado pela Assembléia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.”

4. Fica eleito para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia o Sr. Elísio Lincoln Nogueira, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Av. Visconde de Albuquerque, n.º 463, Apto. 301, Leblon, Rio de Janeiro - RJ, portador da carteira de identidade nº 3152-D expedida pelo CREA/3ª Região, inscrito no CPF sob o nº 024.542.035-53, o qual, estando presente a esta Assembléia, declara não estar incurso em crimes ou outros impedimentos legais que o impeça de exercer atividade mercantil e/ou de Conselheiro da Companhia.

5. Face às solicitações elaboradas pela Comissão de Valores Mobiliários com relação ao processo de registro da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, fica estabelecido o seguinte quanto à conversibilidade das debêntures da 1ª Emissão Pública da Companhia:

A conversão das debêntures objeto da 1ª emissão pública da Companhia em ações preferências classe A da Companhia somente poderá ser realizada, a partir de 15 de março de 2002, verificada a ocorrência do último dentre os seguintes eventos:

- (i) liberação da caução sobre as ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, caução esta outorgada em garantia ao financiamento concedido à Companhia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, objeto do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 96.2.311.3.1”, firmado em 09 de outubro de 1996, com a interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, Construtora OAS Ltda., Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., EIT – Empresa Industrial Técnica S.A. e Construtora Queiroz Galvão S.A. e respectivos aditivos (“Contrato de Financiamento”). A referida liberação de caução de ações ocorrerá, por força do término do Contrato de Financiamento, em 15 de março de 2009;
- (ii) aplicação de todo o produto da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia conforme deliberado na assembléia geral da Companhia realizada em 27 de agosto de 2001, o que a Companhia obriga-se a realizar em até 4 (quatro) meses após o evento descrito no item (i) acima e

- (iii) conversão em ações ordinárias de todas as ações preferenciais classe B representativas do capital social da Companhia existentes, de forma que o número de ações ordinárias então existentes seja suficiente para que todas as debêntures sejam convertidas em ações preferenciais classe A, respeitando-se a proporcionalidade entre ações preferenciais sem direito a voto e ações ordinárias prevista no parágrafo segundo do art. 15 da Lei nº 6.404/76.

Sem prejuízo do disposto no item (i) acima, para fins da conversão das debêntures em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos acima, e destinação dos recursos da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, a Companhia obriga-se a emendar seus melhores esforços para obter a liberação, pelo BNDES, da caução de ações sobre as ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, anteriormente ao término do Contrato de Financiamento.

Para fins da realização do evento previsto no item (iii) acima, o(s) debenturista(s) que decidir(em) converter sua(s) debênture(s) em ações preferenciais classe A da Companhia deverão, verificadas as acima mencionadas condições de conversibilidade das debêntures, solicitar à Companhia que realize a conversão de todas as ações preferenciais classe B de sua emissão, caso existam, em ações ordinárias da Companhia. A Companhia obriga-se a realizar tal conversão em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da solicitação aqui prevista.

6. Para fins de assegurar aos futuros detentores das debêntures objeto da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia o direito de converter suas debêntures em ações preferenciais classe A da Companhia, os acionistas da Companhia, presentes a esta assembleia, detentores da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, representativas da totalidade do capital social da Companhia, estabelecem que a Companhia deverá realizar os seguintes atos:

- (i) em até 4 (quatro) meses após a liberação da caução, em favor do BNDES, sobre as atuais ações preferenciais classe A da Companhia, realizar o resgate das ações preferenciais classe A da Companhia, sendo certo que a referida liberação da caução de ações ocorrerá, por força do término do Contrato de Financiamento, em 15 de março de 2009;

- (ii) emendar seus melhores esforços para obter a liberação, pelo BNDES, da caução de ações sobre as ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, anteriormente ao término do Contrato de Financiamento;

- (iii) caso, por força do disposto no item (ii) acima, as ações preferenciais classe A da Companhia sejam liberadas, parcial ou totalmente, da caução em favor do BNDES, anteriormente a 15 de março de 2009, realizar o resgate das ações preferenciais classe A da Companhia liberadas em até 4 (quatro) meses após a data da efetiva liberação da referida

caução. De todo modo, o resgate da totalidade das ações caucionadas em favor do BNDES deverá ocorrer até 4 (quatro) meses após o término do Contrato de Financiamento;

(iv) verificadas as condições de conversão das debêntures, conforme descritas na deliberação 5 acima, converter a totalidade das ações preferenciais classe B da Companhia existentes em ações ordinárias, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento, pela Companhia, de solicitação dos debenturistas nesse sentido.

7. Em atendimento às demais solicitações da Comissão de Valores Mobiliários quanto aos termos e condições da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, fica deliberado o seguinte:

- (i) A Companhia distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício social imediatamente anterior, caso todas as Debêntures já tivessem sido convertidas e não fizessem jus, portanto, a qualquer nova participação nos lucros, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, a título de adiantamento, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Companhia.
- (ii) Na hipótese de dissolução da Companhia ou descumprimento das obrigações da Companhia relativas ao pagamento da participação nos lucros da Companhia a que as debêntures fizerem jus, o Agente Fiduciário dos Debenturistas poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário dos Debenturistas caso este inadimplemento, pela Companhia, decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis com a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Companhia.
- (iii) Na hipótese de vencimento antecipado das debêntures da 1ª emissão pública da Companhia, conforme disposto no item (ii) acima, a Companhia pagará aos detentores das debêntures, à época em circulação, o valor nominal das mesmas, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou, na extinção ou invalidação deste, por

qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

- (iv) Caso os recursos angariados com a emissão das debêntures objeto da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia sejam insuficientes para realização dos pagamentos e atos deliberados na assembléia geral da Companhia de 27 de agosto de 2001, face à possibilidade de colocação parcial das Debêntures objeto da referida emissão, a Companhia, com os recursos efetivamente captados, procederá ao resgate total das ações preferenciais classe A da Companhia. Na impossibilidade do resgate da totalidade das ações preferenciais classe A, a Companhia procederá ao resgate do maior número possível de ações preferenciais classe A, mediante sorteio nos termos do parágrafo 4º do artigo 44 da Lei 6.404/76. Na hipótese de após o resgate da totalidade das ações preferenciais classe A ainda subsistirem recursos provenientes da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, esta utilizará tais recursos para liquidação de obrigações contratuais da Companhia, conforme deliberado na assembléia geral da Companhia realizada em 27 de agosto de 2001.
- (v) Fica proibido o resgate antecipado de debêntures objeto da 1ª emissão pública da Companhia, exceto se efetuado simultânea e proporcionalmente ao resgate de ações representativas do capital social da Companhia, sendo certo que na hipótese de resgate parcial das Debêntures observar-se-á o disposto no parágrafo 1º do art. 55 da Lei 6.404/76.
- (vi) As debêntures objeto da 1ª emissão pública de debêntures da Companhia serão objeto de distribuição pública através de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para negociação no mercado de balcão organizado, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de agosto de 1980, atendida a ordem cronológica, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

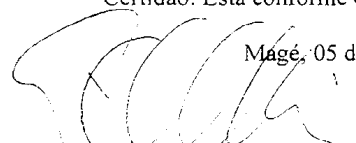
7. Face às deliberações acima, para fins de possibilitar a abertura do capital social da Companhia nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas pertinentes, foi aprovada a reformulação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar nos termos do Anexo I a esta Ata.

8. Fica estabelecido que a Companhia passará a realizar todas as publicações para fins do art. 289 da Lei 6.404/76 no jornal Monitor Mercantil.


ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Elísio Lincoln Nogueira - Secretário: Flávio Nóbrega Barbosa da Fonseca - Acionistas: Construtora OAS Ltda., Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A., Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., Strata - Construções e Concessionárias Integradas S.A., Mardonildo Oliveira Olímpio, Christiano Guimarães Fonseca, Luis Carlos de Aragão Bulcão Villas-Bôas e Eduardo Mello Nogueira.

Certidão: Está conforme o original lavrado em livro próprio.

Magé, 05 de novembro de 2001.

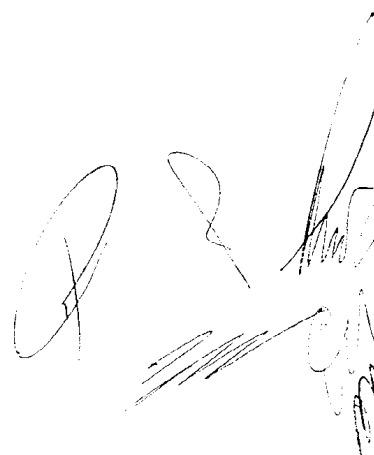


Elísio Lincoln Nogueira
Presidente



Flávio Nóbrega Barbosa da Fonseca
Secretário

9

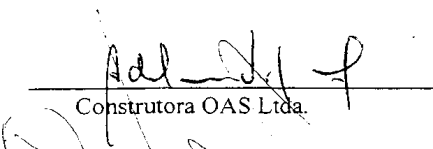
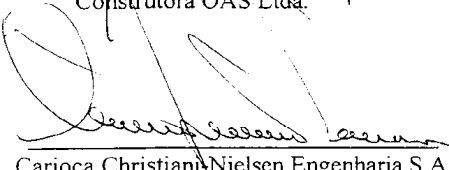
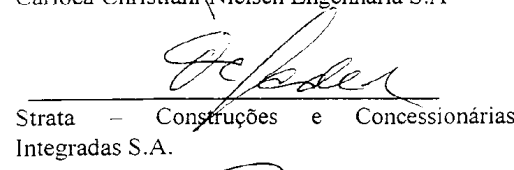
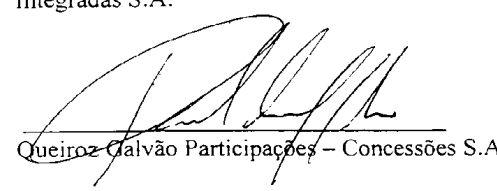
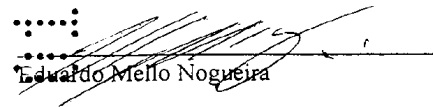
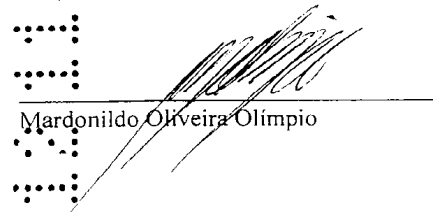


CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A.

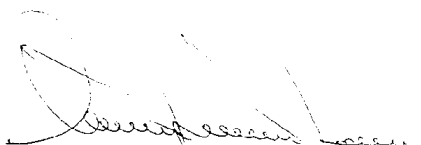
CNPJ Nº 00.938.574-0001-05

NIRE Nº 3330016228-3


LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS da Assembleia Geral Extraordinária da Concessionária Rio - Teresópolis S.A., realizada na sede social da Companhia, na Rodovia BR 116, km 133,5, Praça Engenheiro Pierre Berman, Cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro, às 10:00 horas do dia 05 de novembro de 2001:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Total de ações
 Construtora OAS Ltda.	23.560	15.246	38.806
 Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A	7.545	25.718	33.263
 Strata - Construções e Concessionárias Integradas S.A.	7.545	25.718	33.263
 Queiroz Galvão Participações - Concessões S.A	7.545	25.718	33.263
 Eduardo Mello Nogueira	1	-	1
 Mardonildo Oliveira Olímpio	1	-	1

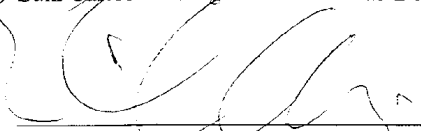
10


 Christiano Guimarães Fonseca

1 - 1


 Luiz Carlos de Aragão Bulcão Villas-Bôas

1 - 1



 Elísio Lincoln Nogueira

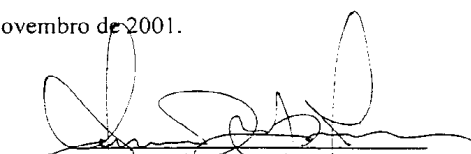
1 - 1

Total: 46.200 92.400 138.600

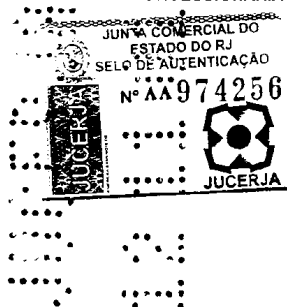
Confere com original lavrado em livro próprio.

Magé, 5 de novembro de 2001.


 Elísio Lincoln Nogueira
 Presidente


 Flávio Nóbrega Barbosa da Fonseca
 Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
 CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A



00001199557
 DATA : 12/11/2001


 Maria Cristina V. Contreiras
 SECRETÁRIA GERAL

